



ISBN: 978-85-67169-04-0

SIBRAGEC ELAGEC 2015

São Carlos / SP - Brasil - 7 a 9 de outubro

ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE CONSTRUÍDO: O CASO DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA

SILVA, Meryhelen Rosas da (1); MEDEIROS, Mirela Oliveira (2); SOUZA, Gabriella Cavalcante de (3); ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de (4); MEIRA, Alexandra Rocha (5)

(1) IFPB – *Campus* João Pessoa, E-mail: meryhelenrosas@hotmail.com; (2) IFPB – *Campus* João Pessoa, E-mail: mirela.jpa@gmail.com; (3) IFPB – *Campus* João Pessoa, E-mail: gabriella.cavalcante@hotmail.com; (4) IFPB – *Campus* João Pessoa, E-mail: nelmamca@gmail.com; (5) IFPB – *Campus* João Pessoa, E-mail: alexrmeira@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi elaborar um diagnóstico quanto ao cumprimento da legislação vigente pertinente à acessibilidade, em especial da NBR 9050, no IFPB – Campus João Pessoa. A partir da NBR 9050/2004 foram elaborados checklists específicos para aplicação no Campus João Pessoa, o qual foi dividido em dezesseis ambientes. Ao todo foram verificados 1.354 itens, dos quais 496 não se aplicavam à avaliação realizada. Dos 858 itens aplicáveis, 276 (32,2%) estão em conformidade com a NBR 9050 e 582 (67,8%) itens não atendem à referida norma. Os resultados demonstram que o Campus João Pessoa é inacessível e que a principal dificuldade para torná-lo acessível está no fato de suas instalações físicas serem muito antigas e na não observância da legislação quando da construção de novos ambientes no campus, a exemplo do Bloco de Design de Interiores.

Palavras-chave: acessibilidade, legislação, diagnóstico.

ABSTRACT

This article presents the results of a research whose objective was to elaborate a diagnosis as to the fulfilment of current legislation pertinent to accessibility, in particular the NBR 9050 in the IFPB – João Pessoa Campus. From the NBR 9050/2004 specific checklists were developed for application in the Campus João Pessoa, which was divided into sixteen environments. In all, 1,354 items were verified, of which 496 does not apply to evaluation. Of the 858 items applicable, 276 (32.2 percent) are in accordance with the NBR 9050 and 582 (67.8 percent) items do not meet the aforesaid norm. The results demonstrate that the Campus João Pessoa is inaccessible and that the main difficulty to make it accessible is its physical facilities are very old and in non-compliance with the legislation when the construction of new campus environments, the example of Interior Design.

Keywords: accessibility, legislation, diagnosis.

1 INTRODUÇÃO

O acesso aos lugares públicos é um direito de qualquer cidadão. Da mesma forma, a acessibilidade aos espaços de ensino das universidades públicas pressupõe um esforço conjunto de diversos atores sociais para alcançar as necessidades das pessoas – incluindo as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A acessibilidade está diretamente vinculada ao conceito de cidadania. Para contribuir em minorar as barreiras arquitetônicas existentes no meio urbano e nas edificações, o Governo Federal elaborou um conjunto de normas e legislações específicas, que deveriam ser cumpridas em todos os níveis. No Brasil, o tema vem recebendo uma maior atenção a partir da publicação do Decreto nº. 5.296/2004 (BRASIL, 2004). O Art. 24 desse decreto trata especificamente da acessibilidade nos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, foco desse artigo, e determina que as escolas devam proporcionar condições de utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Foi definido um prazo de 30 meses, a partir da publicação do decreto citado anteriormente, a contar da data de sua promulgação, para que todos os estabelecimentos se adequassem às mudanças exigidas por essa legislação. Para vencer os desafios e tornar os ambientes acessíveis, leis e decretos não são suficientes. São necessárias ações permanentes e direcionadas, de forma que se elaborem projetos que atendam a todos os cidadãos, quaisquer que sejam suas limitações ou restrições (MONT'ALVÃO, 2006). Com o intuito de ajudar as instituições a se adequarem à legislação vigente, o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza para as escolas, desde 2009, o Manual de Acessibilidade Espacial (DISCHINGER *et al.*, 2009), um guia que identifica problemas e oferece soluções para as instituições de ensino das redes municipais e estaduais.

Este artigo apresenta alguns dos resultados de um projeto de pesquisa de iniciação científica que se propôs a elaborar um diagnóstico quanto ao cumprimento da legislação vigente pertinente à acessibilidade e ao cumprimento da NBR 9050 (ABNT, 2004) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – *Campus* João Pessoa. Além de divulgar os resultados da pesquisa, o presente artigo visa servir de referencial para pesquisas correlatas.

1.1 Acessibilidade no ambiente construído

Um dos critérios analisados no ambiente construído, tendo em vista a sua conformidade, é a acessibilidade. O caráter da construção é decisivo para a condição de acessibilidade necessária àquele ambiente. Todavia, apesar desse critério específico, existe uma exigência básica de acessibilidade para toda e qualquer instalação construída.

No Brasil, a legislação está em consonância com essa realidade, pois são diversos os documentos que apontam no sentido de garantir o direito de ir e vir da população: a NBR 9050, de 30 de junho de 2004 (ABNT, 2004), que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; o Decreto nº. 5.296, de 19 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; dentre inúmeras outras normas e legislações complementares (SARMENTO e COSTA, 2013). Apesar da vasta legislação que rege o tema, a falta de planejamento político e de investimentos no campo da acessibilidade causam prejuízos decenais, sobretudo às pessoas com deficiências.

A acessibilidade envolve perspectivas arquitetônica, comunicacional, meteorológica, instrumental, programática e atitudinal, e ela deve ser vista por uma perspectiva global, de forma sistemática e continuada (POLIA e GALVÃO, 2013).

Sendo o enfoque do ambiente construído o acadêmico, Costa e Meira (2010) afirmam que, embora se suponha que as instituições públicas de ensino superior, no papel de educadoras, devam constituir-se como modelos a serem seguidos pela sociedade, percebe-se que o direito à educação superior tem sido negado ou restringido para muitas pessoas com limitações oriundas de deficiência. Isso ocorre, também, devido à falta de acessibilidade presente nas instituições de ensino superior, seja em termos arquitetônicos, urbanísticos, de transporte ou nos aspectos ligados à comunicação (sinalização) e ao acesso à informação sobre os meios de inclusão.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa, Universo/Amostra e Coleta de Dados

Considerando-se o critério de classificação de pesquisa proposto por Vergara (2009), quanto aos fins e quanto aos meios, a pesquisa realizada classifica-se como exploratória e descritiva, quanto aos fins, e de campo, bibliográfica e participante, quanto aos meios de investigação.

O universo/amostra da pesquisa foi composto por todas as dependências do *Campus* João Pessoa do IFPB, localizado na Av. 1º. de Maio, 720, Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB.

Através de pesquisa bibliográfica, adquiriu-se embasamento teórico necessário para o desenvolvimento do estudo, com pesquisas em artigos científicos, teses, dissertações e livros que abordavam temas de acessibilidade em ambientes construídos. A partir desta, foram elaborados *checklists* específicos para cada ambiente (Figura 1), para obtenção e posterior análise dos dados relativos ao levantamento técnico das condições atuais das instalações físicas do IFPB – *Campus* João Pessoa, com relação ao cumprimento da legislação, especificamente da NBR 9050 (ABNT, 2004).

Figura 1: Parte do *checklist* utilizado na pesquisa

Check List - Apoio para vistoria técnica de acordo com a NBR 9050						
16	PAVIMENTO TÉRREO E SUPERIOR	Ambientes:	Design de Interiores	Design		
DESCRIÇÃO				SIM	NÃO	NSA
CIRCULAÇÃO	A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?			x		
	A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?				x	
	A área livre para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 90 Graus possui o mínimo de			x		
	A área livre para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 Graus possui o mínimo de				x	
	A área livre para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 360 Graus possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?				x	
	Os pisos possuem superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição?				x	
	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5 mm?				x	
	Os desníveis de piso que estejam entre 5 mm e 15 mm são tratados em forma de rampa?				x	
SALA DE AULA	Os desníveis superiores a 15 mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados?				x	
	As salas de aula (convencionais e laboratórios) são acessíveis?				x	
	As salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem mobiliário interno acessíveis?				x	
	As salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessível?				x	
	As salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de alcance manual acessíveis?				x	
As louças da sala de aula estão a uma altura inferior máxima de 0,90m do piso?				x		

Tais *checklists* foram elaborados pelas próprias pesquisadoras, ressaltando que não foi levado em consideração a importância relativa de cada item no contexto geral. Ou seja, visou-se apenas verificar a adequação, ou não, dos ambientes aos itens constantes na NBR 9050, sem mensurar a relevância destes.

A partir das plantas baixas dos ambientes que compõem o *Campus* João Pessoa do IFPB, fornecidas pela Prefeitura do *campus*, os ambientes foram agrupados por localização e finalidade.

O Quadro 1 apresenta a divisão do *campus* em ambientes.

Quadro 1: Divisão do Campus João Pessoa do IFPB em ambientes

Ambientes	Denominação
1	Acessos
2	Estacionamentos
3	Hall de Entrada
4	Auditórios
5	Área de Lazer
6	Setor Técnico Administrativo
7	Direção de Ensino
8	Biblioteca
9	Eletrotécnica/Telecomunicações
10	Informática
11	Mecânica
12	Construção Civil
13	Meio Ambiente
14	Esportes
15	Salas de Aula – Pavimento Superior
16	Design de Interiores

Ressalta-se que as visitas tiveram como objetivo registrar a situação atual dos ambientes e, conseqüentemente, responder ao *checklist* relativo a cada um dos ambientes. O preenchimento dos *checklists* foi feito pelas próprias pesquisadoras, que, paralelamente, fizeram uso de registro fotográfico, bem como de trena para a realização de algumas medições necessárias. O período das visitas ocorreu de abril a agosto de 2014 e antes da aplicação definitiva dos *checklists*, estes foram previamente testados, com o intuito de corrigir distorções que porventura se apresentassem.

3 RESULTADOS

Os dados obtidos foram tratados de forma quantitativa, utilizando-se procedimentos estatísticos, e qualitativa, através da estruturação e análise destes. Foram respondidos questionamentos, através do *checklists*, relativos ao cumprimento da NBR 9050 (ABNT, 2004), tendo como opções de respostas: “**sim**”, “**não**” e “**não se aplica – NSA**”.

Os percentuais das respostas encontradas dos 1.354 itens avaliados com a aplicação dos *checklists* são apresentados na Figura 3. Tomando como referencial as respostas “**sim**” e “**não**”, dos dezesseis ambientes avaliados, três chamaram a atenção (Acesso, Direção de Ensino e o Bloco de Design de Interiores), por apresentarem uma quantidade de respostas “**não**” bastante superior às respostas “**sim**”, como mostra a Figura 3.

Figura 2: Tabulação dos resultados da aplicação dos *checklists*, por ambiente.

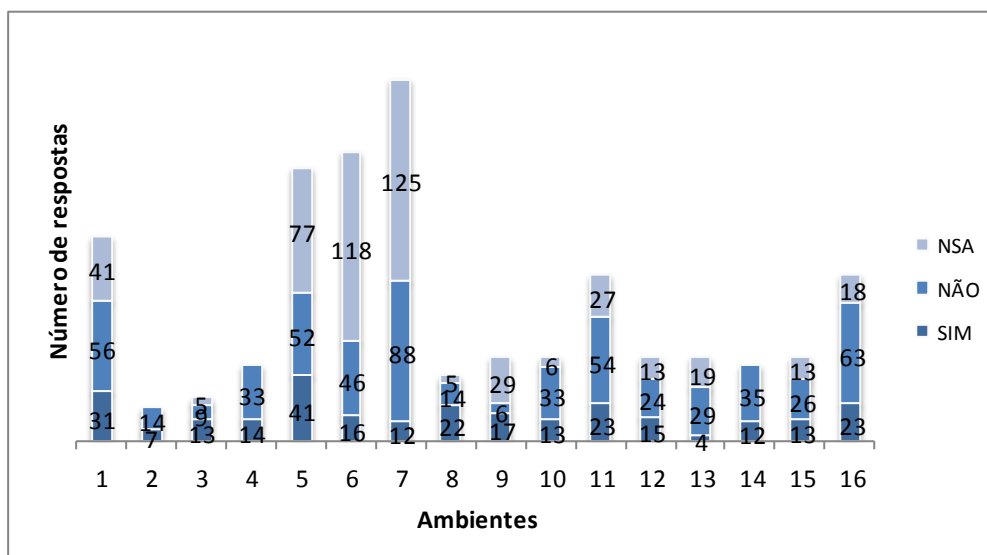
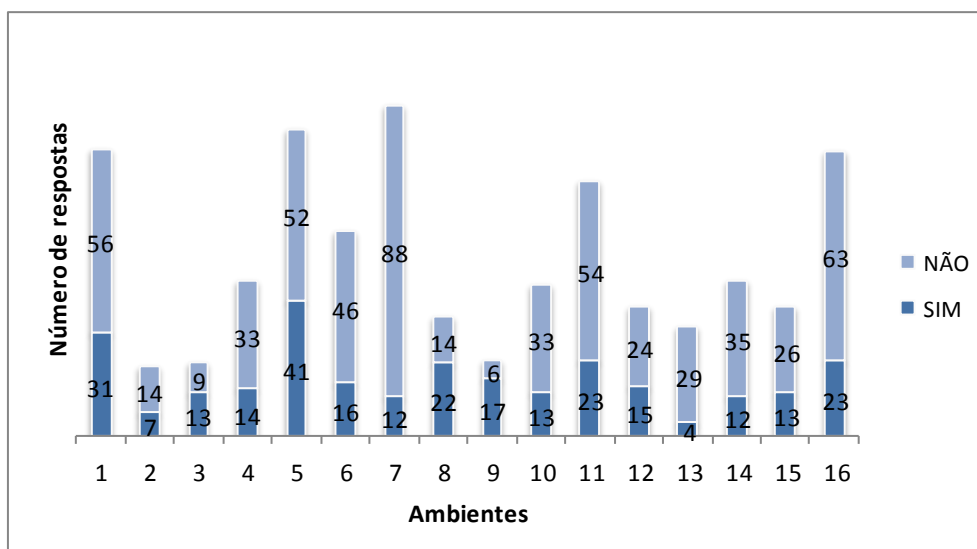


Figura 3: Tabulação dos itens aplicáveis dos *checklists*, por ambiente.



3.1 Diagnósticos dos ambientes

3.1.1 Situação mais crítica

A situação mais crítica encontra-se no Ambiente 7 – Direção de Ensino (Figura 4). Dentre os ambientes que compõem o Ambiente 7 e que apresentam um grande número de itens que não atendem à NBR 9050 (ABNT, 2004), destacam-se a escada de acesso ao pavimento superior e os banheiros.

A escada não possui largura mínima de 1,20 m; não há sinalização tátil no piso (com textura diferenciada na forma de relevo tronco - cônicos), tanto no início como no término da escada; os degraus das escadas não possuem sinalização visual próxima às bordas com largura de 20 cm e profundidade entre 2 a 3 cm.

Figura 4: Ambiente 7 – Direção de Ensino



Fonte: Arquivo das autoras (2014)

Dos 225 itens do *checklist* relativo a esse ambiente, 5,33% foram de respostas positivas, 39,11% de respostas negativas e 55,56% dos itens “não se aplicavam”. Tomando como referencial apenas os itens aplicáveis, constatou-se que 88% deles obtiveram respostas negativas e 12% respostas positivas.

3.1.2 Situação mais positiva

A situação mais positiva em relação à acessibilidade foi encontrada no Ambiente 9 – Eletrotécnica/Telecomunicação. Nesse ambiente constatou-se que a área de circulação, as salas de aula e as portas destas atendem às disposições contidas na NBR 9050 (ABNT, 2004), conforme é apresentado na Figura 5.

Figura 5: Ambiente 9 – Eletrotécnica/Telecomunicação



Fonte: Arquivo das autoras (2014)

Dos 52 itens avaliados nesse ambiente, 23 “não se aplicavam”. Dos itens aplicáveis, 73,91% obtiveram respostas positivas e 26,09% negativas.

3.1.3 Destaque

O Bloco de Design de Interiores foi construído no ano de 2010, bastante tempo depois da publicação da NBR 9050 (ABNT, 2004), e mesmo assim não atende à referida norma.

A NBR 9050 (ABNT, 2004) foi criada em 1983, havendo sido revisada pela primeira vez em 1994. Sua última revisão se deu no ano de 2004. Essa norma, como já colocado anteriormente, orienta que as edificações devem ser construídas e reformadas para promover o Desenho Universal, visando a participação de todos, sem discriminação. Por

isso, o Ambiente 16 – Design de Interiores destaca-se entre os demais, por apresentar uma quantidade considerável de inadequações à NBR 9050 (ABNT, 2004) e por ter sido construído, ao contrário dos demais ambientes que possuem mais de meio século, após a data de vigência da referida norma.

Nesse ambiente constatou-se que dos 52 itens avaliados em cada ambiente (Design de Interiores e Música), totalizando 104 itens, 22,12% foram de respostas positivas, 60,58% de respostas negativas e 17,31% de itens que “não se aplicavam”. Dos itens aplicáveis (86), obteve-se 26,74% de respostas positivas e 73,26% de respostas negativas, evidenciando uma expressiva quantidade de itens que apresentam discordância em relação à NBR 9050 (ABNT, 2004).

Os pontos que apresentam uma maior discrepância em relação à norma, no Ambiente 16, são as rampas, as instalações sanitárias e os corredores. A Figura 6a apresenta uma das rampas existentes nesse ambiente. Essa rampa não possui inclinação adequada, sinalização visual, piso tátil e está fora do padrão estabelecido pela NBR 9050 (ABNT, 2004), que no item 6.5.1.2 estabelece que as rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na Tabela 5, do referido item (a inclinação encontrada é superior à estabelecida na tabela, que é de 5%). A rampa não possui corrimão e sinalização como previsto na norma, em seu item 6.7, mais especificamente no subitem 6.7.1.1, que estabelece que os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.

As instalações sanitárias estão totalmente fora dos padrões de acessibilidade. Para ter acesso à bacia sanitária existe um degrau com 25 cm de altura, como mostra a Figura 6b.

A Figura 6c apresenta um dos corredores de circulação com largura de 1,25 m, que é inferior à largura estabelecida na norma (1,80 m).

Figura 6: Ambiente 16 – Design de Interiores



Fonte: Arquivo das autoras (2014)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo maior da acessibilidade é possibilitar e dar condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, segundo a Lei 10.098/2000 (BRASIL, 2000).

Com o diagnóstico elaborado do ambiente construído (*campus* João Pessoa do IFPB), quanto ao cumprimento da NBR 9050 (ABNT, 2004) nas instalações que compõem o *Campus* João Pessoa do IFPB, constatou-se que a acessibilidade no *campus* ainda

encontra resistências em diversos níveis, seja por questões estruturais (a maioria das edificações é antiga, com mais de meio século de construção) seja por questões gerenciais, principalmente de elaboração de projetos e de fiscalização (caso das edificações construídas após a publicação da NBR 9050). Segundo Souza e Thomé (2008), para que haja uma correta e boa acessibilidade aos espaços de uso interno, a administração da instituição não pode alegar que elas são impraticáveis nas edificações já existentes em face das dificuldades em adaptar a edificação às exigências da NBR 9050/2004.

Após percorrer todo o *campus*, constata-se que cabe aos gestores institucionais, bem como aos alunos e funcionários, apontar ações para que este seja mais inclusivo e possa quebrar as barreiras físicas, oferecendo a todos, alunos, funcionários e visitantes, um ambiente acessível, em todos os aspectos.

A partir dos resultados obtidos, nota-se que ainda existe um descaso na aplicação da legislação e das normas relativas à acessibilidade, em particular da NBR 9050 (ABNT, 2004), principalmente nas recentes construções (Ambiente 16 – Bloco de Design), onde é evidente a falta de fiscalização, por parte da instituição, na execução dos ambientes que compõem o Bloco de Design de Interiores. Acredita-se que o cuidado com as instalações físicas da instituição, incluindo-se o meio circulante, deve ser mantido adequado e adaptado para o uso de todos os alunos, funcionários e visitantes, independente de suas condições físicas, haja vista ser a acessibilidade uma questão de cidadania plena e de inclusão social.

A temática da acessibilidade não é uma mera questão de se prover ao meio circulante rampas, sinalizações, mobiliário e pisos adequados à boa norma técnica ou à legislação. Trata-se, corroborando com Lopes (2013), de uma questão maior, de tornar o *campus* mais democrático e mais inclusivo.

Conclui-se que a situação de inacessibilidade é evidente no *Campus* João Pessoa do IFPB, estando este muito aquém de cumprir as disposições contidas na legislação vigente, mais especificamente na NBR 9050 (ABNT, 2004), e que o diagnóstico elaborado poderá servir como ferramenta de referência na tomada de decisão por parte dos gestores institucionais, com vistas a modificar a situação inacessível hoje existente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Lei 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de dezembro de 2004.

COSTA, A. D. L.; MEIRA, F. A. A importância de formar profissionais comprometidos com a acessibilidade e a inclusão social. In: **Revista Extensão Cidadã**. João Pessoa: UFPB, 2010.

Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/extensaocidada/search/authors/view?firstNa>

me=Flora%20Alexandre&middleName=&lastName=Meira&affiliation=&country=BR>.

Acesso em: outubro, 2012.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; BORGES, M. M. F. C. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

LOPES, L. D. **A mobilidade e a acessibilidade na Faculdade de Engenharia da UFJF**. 2013. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

MONT'ALVÃO, C. Acessibilidade no ambiente construído. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 7., 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2006.

POLIA, A. A.; GALVÃO, C. R. C. Acessibilidade no ambiente construído: o papel da terapia ocupacional e a aplicação da tecnologia assistiva. In: COSTA, A. D. L.; ARAÚJO, N. M. C. (Org.). **Acessibilidade no ambiente construído**: questões contemporâneas. 1. ed. João Pessoa: IFPB, 2013. p. 99-119.

SARMENTO, B. R.; COSTA, A. D. L. Discutindo o lugar do pedestre nas estruturas de circulação urbana. In: COSTA, A. D. L.; ARAÚJO, N. M. C. (Org.). **Acessibilidade no ambiente construído**: questões contemporâneas. 1. ed. João Pessoa: IFPB, 2013. p. 37-55.

SOUZA, L. A.; THOMÉ, A. V. Análise das Condições de Acessibilidade no Ambiente Urbano da Área Central de Blumenau. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 7., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NUTAU/USP, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.